



F
A
L
A
M
O
S
E
O
M...
O

Orlando Monteiro da Silva,
bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas
e presidente da Federação Dentária Internacional



Elaboração de um novo estatuto
irá condicionar a construção
do futuro da Medicina Dentária

Falamos com...

Orlando Monteiro da Silva encara o quinto mandato consecutivo à frente da Ordem dos Médicos Dentistas como um compromisso de contornos decisivos, já que a elaboração de um novo estatuto da profissão “irá condicionar a construção do futuro da Medicina Dentária portuguesa”. Em entrevista à MAXILLARIS, o reeleito bastonário revela as prioridades da OMD para o próximo triénio e traça o “diagnóstico” do setor dentário nacional.

O também presidente da Federação Dentária Internacional – que cessa estas funções no próximo mês de agosto – antecipa os novos desafios da principal organização mundial do setor e faz uma retrospectiva do mandato internacional, por sinal, com a convicção de que “vou deixar uma FDI melhor do que aquela que encontrei quando assumi a presidência”.

Como encara a sua recente eleição, pela quinta vez consecutiva, para o cargo de bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas? Que leitura faz da ausência de adversários na “corrida” aos órgãos diretivos?

Os médicos dentistas exerceram o seu direito e dever de votar e apoiaram de forma expressiva a lista que apresentei a votos. Portanto, encaro mais este ciclo em que agora entramos com entusiasmo e confiança nas capacidades da minha equipa.

Tudo faremos para estar à altura dessa confiança e das expectativas de todos os colegas. E este mandato é particularmente crítico, pois a elaboração de um novo estatuto da profissão irá condicionar a construção do futuro da Medicina Dentária portuguesa. Esta confiança, este consenso, só tem paralelo com a responsabilidade que implica. Responsabilidade que estamos preparadíssimos para assumir e de imediato traduzir em ações concretas em prol da Medicina Dentária.

Pessoalmente, encontro-me mais determinado que nunca e estou certo que sou acompanhado por todos os membros que agora tomaram posse.

A equipa diretiva que o acompanha no novo mandato é, essencialmente, a mesma dos últimos anos. Considera a hipótese de trazer “sangue novo” para a gestão da OMD?

A lista que liderei integrou 13 elementos novos ou com funções renovadas. Mas a renovação não implica apenas mudar pessoas; implica, sim, ter elementos capazes de perceber os novos problemas e realidades, de saberem desenvolver novas soluções, construídas sobre diálogo e consensos, inseridos numa equipa de grande coesão.

Em termos gerais, quais são as prioridades para o próximo triénio?

A elaboração de um novo Estatuto da OMD, em consonância com a recente aprovação da Lei-quadro das Associações Públicas Profissionais, é a grande prioridade. Do sucesso da transposição deste objetivo depende muito a valorização do exercício da profissão no futuro e consequentemente o reforço de uma cultura de saúde oral orientada para o cidadão.

O estabelecimento de parcerias estratégicas entre a OMD e outras entidades reguladoras, a aposta numa formação contínua mais adequada às novas realidades e necessidades são também eixos onde muito investiremos.



Falamos com...

Por outro lado, vamos empenhar-nos sobremaneira no melhoramento contínuo do plano da saúde oral. É fundamental uma maior participação da Ordem nas estratégias de saúde pública, no âmbito da promoção, prevenção e tratamento das doenças orais, e uma articulação efetiva das diferentes entidades com responsabilidades na saúde oral em Portugal. Não nos demitiremos desta nossa responsabilidade.

Como está a decorrer o processo em torno do novo Estatuto da OMD?

Este novo Estatuto não será uma alteração cosmética ou de pormenor. É, de facto, um novo Estatuto enquadrado pela Lei-quadro aprovada pela Assembleia da República, que elaborará as regras, os princípios pelos quais toda a profissão se passará a reger na regulação da OMD.

Estão em jogo aspetos tão fundamentais como: a implementação de um estágio obrigatório para o acesso à profissão; a possibilidade de registo na Ordem das sociedades de profissionais que se designarão por associados coletivos; a criação da Provedoria do Doente; a existência de uma assembleia representativa dos associados; a criação de uma instância superior de supervisão, o reforço da representação regional, através do voto dos respetivos representantes; a instituição da figura do referendo no interior da classe; a aplicação das mesmas regras no exercício da profissão, público e privado; e as regras deontológicas vertidas no texto do estatuto, da lei.

Estas e outras importantíssimas matérias, que terão força de lei e que são fundamentais para a profissão e para o interesse público, dotarão este grupo profissional, que se encontra fundamentalmente no setor privado, de regras concorrenciais iguais para todos, portanto, mais justas.

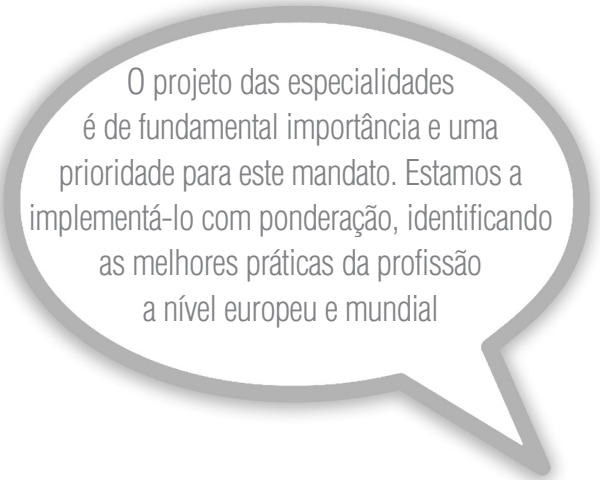
É um novo ciclo que se iniciará. Um novo paradigma onde assentaremos a nossa atuação e prática.

Que novas especialidades poderão surgir nos próximos tempos?

Foram recentemente aprovadas pela Ordem dos Médicos Dentistas quatro novas especialidades: Endodontia, Prostodontia, Saúde Pública Oral e Medicina Dentária Hospitalar.

Estas especialidades serão implementadas numa segunda fase, após conclusão do processo, em curso, de implementação da Periodontologia, Odontopediatria e Cirurgia Oral. O projeto das especialidades é de fundamental importância e uma prioridade para este mandato. Estamos a implementá-lo com ponderação, identificando as melhores práticas da profissão a nível europeu e mundial. Não é por acaso que os países onde a Medicina Dentária está mais desenvolvida tenham todos eles especialidades convenientemente implementadas.

Neste contexto, vale a pena sublinhar duas notas fundamentais: por um lado, as competências do médico dentista generalista não serão minimamente “beliscadas” com a implementação de especialidades; por outro, as especialidades académicas são da responsabilidade das instituições de ensino superior, ao passo que as especialidades profissionais são da competência da OMD. Cabe à OMD definir as regras de reconhecimento da formação dos colegas a diversos níveis. É o que estamos a fazer.



O projeto das especialidades é de fundamental importância e uma prioridade para este mandato. Estamos a implementá-lo com ponderação, identificando as melhores práticas da profissão a nível europeu e mundial

Outro desafio é o da cultura da lusofonia e do intercâmbio internacional. Que estratégia delineou neste âmbito?

Portugal é um espaço e um ponto de partida para muitas oportunidades. Num mundo global, temos vários espaços “naturais”: a Península Ibérica é uma unidade geográfica natural, a União Europeia alargou as nossas fronteiras, os países de língua oficial portuguesa são plataformas onde circulamos, disfrutando de uma língua franca e as comunidades de falantes de português são sempre casas onde temos guarida.

Por outro lado, estamos no cruzamento de muitos corredores internacionais de cooperação clínica e científica; somos uma plataforma reconhecida. O nível de formação dos médicos dentistas portugueses permite-lhes hoje ter prestações de excelência em qualquer local. A nós, OMD, compete-nos estabelecer e alimentar contactos com as nossas congéneres e autoridades locais, para que vejam nos médicos dentistas portugueses elementos que trazem mais-valias. A nossa reputação no exterior já é elevada, mas todos os dias trabalhamos para a reforçar.

A Associação Dentária Lusófona é disso exemplo, pois foi criada sob os auspícios da Ordem dos Médicos Dentistas.

Na atual conjuntura de crise, vê motivos de apreensão quanto aos contornos da profissão? Por exemplo, considera que os abusos na formação dos recém graduados, o excessivo número de licenciados e a crescente falta de emprego no setor atingem proporções preocupantes?

Essas questões não são novas. A Ordem sempre teve posições claras sobre esses assuntos. Temos sido vítimas de um país com um Estado excessivo, só aparentemente

Falamos com...

organizado, que não foi capaz de ter políticas estratégicas de saúde sólidas. Um Estado que não teve, por exemplo, o bom senso de sentar à mesma mesa universidades, Ordem e autoridades da área do ensino e da saúde.

Dentro das nossas possibilidades, que recorro nos são conferidas por lei da República, avançamos com medidas que permitiram proteger o exercício da profissão. Paralelamente, promovemos contactos com outras entidades e poderes públicos, no sentido de alertá-los para as questões e sugerindo soluções.

Quando hoje se fala de repensar o Estado, fico esperançado. Esperemos que tenha chegado um tempo de maior verdade no atacar das questões. Estamos preparados para esse debate e não vamos certamente ser meros espectadores.

Está satisfeito com os moldes e os resultados do Programa de Saúde Oral apoiado pelo Governo?

A OMD quer sempre mais quando se trata de melhorar o acesso da população a cuidados de saúde oral. O caminho faz-se passo a passo, recolhendo evidência científica, sensibilizando de forma credível e consistente, e os resultados aparecem. Mas, como afirmei, nunca nos damos por satisfeitos. Já estamos a pensar e a trabalhar noutras frentes a este respeito.

O Ministério da Saúde já anunciou que pretende alargar esse apoio ao rastreio e diagnóstico precoce do cancro oral. Em que consistirá esta nova colaboração com a OMD?

Vejo de forma muito positiva a inclusão próxima de uma abordagem de deteção precoce do cancro oral para grupos de maior risco da nossa população, com o envolvimento ativo dos médicos dentistas, através do Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral. O rastreio, biopsia, diagnóstico precoce e encaminhamento para centros de referência, quando for caso disso, a par da melhoria da literacia e de comportamentos de risco da população, são fases importantíssimas, onde os médicos dentistas terão um papel ainda mais vincado. A OMD terá um papel fundamental a este respeito na formação e na sensibilização dos profissionais interessados em aderir a esta nova vertente do programa.

Qual é o ponto da situação relativamente à nova Lei-quadro das Associações Públicas Profissionais? Em que medida o cargo que acumula à frente do CNOP permitiu influenciar o resultado deste processo?

A recente aprovação pelo Parlamento da Lei-quadro que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais foi o tema que centrou o Conselho Geral do Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP) no último ano. O papel do CNOP foi fundamental para o resultado obtido. E este contributo foi o resultado dos vários contributos das diferentes Ordens. A OMD teve um desempenho notável, demonstrando, uma vez mais, que somos uma classe mobilizada para os desafios. Eu, enquanto bastonário e pre-

sidente do CNOP, empenhei-me ativamente neste processo. Nas negociações com os diversos partidos com assento parlamentar e com o Governo fui mesmo muito duro na defesa de alguns pontos essenciais, como a da autonomia das Ordens, da preservação dos estágios profissionais e a possibilidade das Ordens continuarem a definir os requisitos de acesso às profissões. A proposta inicial previa ainda uma reserva de atividade para os trabalhadores do Estado, que não ficariam submetidos às obrigações impostas às associações públicas profissionais pelo próprio Estado; congratulamo-nos que também esse ponto tenha sido alterado e que os funcionários do Estado tenham de cumprir as mesmas regras que os outros profissionais, se a tal estiverem obrigados pelos estatutos das respetivas Ordens.

Aplaudimos ainda o Governo e a Assembleia da República por terem deixado cair a possibilidade do Ministério Público avançar com ações disciplinares sobre membros de Ordens que violem as regras da profissão.

Na sua condição de presidente da Federação Dentária Internacional, que balanço faz do mandato que concluirá no próximo mês de agosto?

Mais importante que o balanço que faço, será aquele que a profissão e os diversos *stakeholders* a nível internacional fizerem. De qualquer modo, com toda a carga subjetiva que isso acarreta, penso que 2012 foi um ano desafiante, mas muito frutífero para a FDI.

Desafiante, porque passamos por tempos difíceis. A FDI, como muitas outras ONG e organizações diversas, teve que levar a cabo medidas de adaptação a um contexto económico internacional de abrandamento de crescimento económico e, em consequência, rever o espectro e alcance das atividades que levamos a cabo pelo mundo.

O nível de formação
dos médicos dentistas portugueses
permite-lhes hoje ter prestações
de excelência em qualquer local

Falamos com...

2012 foi um ano produtivo, não só porque a FDI conseguiu alargar a sua capacidade para advogar a saúde pública e a saúde oral, mas também, e simultaneamente, porque elaborou e adotou um plano para a profissão na próxima década.

Qual foi a receptividade da comunidade dentária internacional ao projeto Visão 2020?

O documento "Visão 2020: construir o futuro da saúde oral" foi o projeto que mais se distinguiu em 2012. A proposta original, elaborada sem qualquer outro ponto de partida no final de 2011, foi objeto de uma série de discussões e alterações efetuadas por uma equipa de trabalho, que integrei e especialmente criada para o efeito, presidida por Michael Glick. Apenas oito meses após a sua elaboração, o Visão 2020 foi traduzido, impresso e entregue na Assembleia Geral da FDI, que decorreu em Hong Kong, onde foi recebido com um elevado nível de consenso e adotado com apenas algumas alterações editoriais menores.

O sucesso imediato do Visão 2020 não se prende com o facto deste documento não provocar agitação: pelo contrário, as ideias que contém são provocadoras e desafiantes para a profissão. De resto, gerou muita curiosidade entre os médicos dentistas, razão pela qual falei sobre o Visão 2020 em toda as apresentações que fiz nos últimos meses. A pergunta mais frequente tem sido: que soluções serão disponibilizadas para as questões que se colocam? Essa é a próxima fase do projeto: com base no Visão 2020, desenvolver um plano de ação em colaboração com os nossos parceiros empresariais.

Que outras iniciativas recentes da FDI merecem ser destacadas?

No que diz respeito à saúde pública, durante o ano passado, a FDI tomou a iniciativa de desenvolver guias informativos para serem utilizados pelos seus membros em duas áreas fundamentais: doenças não transmissíveis (DNT) e materiais dentários.

O primeiro guia foi desenvolvido para aumentar a capacidade das associações dentárias nacionais se envolverem nesta área dos cuidados de saúde, que tem sido um tema importante no debate nacional e internacional nos últimos anos, ao passo que o segundo guia centra-se numa área de interesse imediato para a profissão: o direito de continuar a tomar decisões clínicas sobre os materiais utilizados na restauração dentária, face à pressão internacional manifestada através de um tratado, atualmente em fase final de elaboração, com o objetivo último de banir a utilização da amálgama dentária.

Mas a FDI desempenha também um papel orientador. Algumas associações dentárias nacionais têm uma vasta experiência com governos, outras não. Para estas, acreditamos que se a FDI continuar a prestar apoio e orientação sobre a abordagem a adotar na promoção e nas relações governamentais, se disponibilizar o apoio necessário às atividades de saúde oral locais e nacionais, pode resultar num aumento significativo da credibilidade destas associações e na sua esfera de influência a nível nacional.



Falamos com...

Quais são as suas expectativas relativamente ao próximo congresso anual? Antes de mais, gostaria de salientar, como momento marcante de 2012, a realização do congresso anual em Hong Kong, que obteve um reconhecimento ao mais alto nível, com a presença na cerimónia de abertura do ministro da Saúde chinês. Este foi o centésimo congresso mundial e o último organizado de acordo com o modelo antigo.

Estamos ansiosos por um sucesso ainda maior no congresso de 2013, em Istambul, organizado com um novo modelo, concentrado na repartição mais equitativa do risco, o qual acreditamos melhor se adaptar às necessidades da FDI e dos participantes do congresso.

Nunca devemos perder de vista que o congresso da FDI é essencial para a missão da nossa federação e para as suas credenciais democráticas. É um fórum de debate sobre saúde oral e assuntos relacionados, uma oportunidade anual para as associações nacionais darem voz às suas opiniões, para resolver diferenças no parlamento mundial e uma fonte única de formação contínua.

A saúde oral como “direito fundamental do ser humano” é um dos objetivos globais assumidos pela atual direção da FDI. Que passos estão a ser dados e que resultados ainda espera atingir neste domínio?

Estes tempos difíceis tornam imperativo que a profissão se mantenha a par das novas tendências, pensamentos e assuntos relacionados com a saúde oral e que trabalhe de perto com outras profissões médicas e com as autoridades da saúde. Resumindo, que se torne mais visível.

É também um assunto de interesse próprio: numa época em que os orçamentos da saúde são cada vez menores, os médicos dentistas devem explicar às autoridades de saúde pública, interessadas apenas na última linha do orçamento, o que distingue o médico dentista de outros profissionais de saúde oral, no que diz respeito à capacidade e qualidade.

Em que medida a sua presidência contribuiu para o reforço do papel da comunidade dentária lusófona no cenário mundial?

Daria particular realce à participação dos países de língua e expressão portuguesa africanos no seio da FDI. A recente cimeira africana da FDI na Cidade do Cabo, África do Sul, proporcionou também a esses países, por exemplo Moçambique, integrarem o “guarda-chuva” da estratégia para África que a FDI se encontra a desenvolver. As associações dentárias nacionais presentes comprometeram-se a desenvolver as suas relações com os governos e, em alguns casos, efetuaram de imediato contactos. É através da cooperação com os governos nacionais que a FDI pode ajudar a diminuir as disparidades no acesso ao tratamento e alcançar o seu objetivo de “saúde oral para todos”.

Qual é a perceção que têm hoje da Medicina Dentária portuguesa os parceiros internacionais?

Muito boa. Vários factos levam-nos a ter tanta certeza nesta posição. Realço alguns: a forma como mercados evoluídos, como o britânico, o holandês ou o dinamarquês, procuram – friso procuram – profissionais

A FDI está a tornar-se mais concreta: as suas atividades podem ter um efeito profundo na vida das pessoas. Temos uma história a contar e cabe-nos encontrar os meios para o fazer

portugueses para trabalhar nos seus sistemas de saúde; a quantidade de médicos dentistas portugueses que ocupam cargos dirigentes em estruturas internacionais, como a FDI ou sociedades científicas exclusivíssimas, e as excelentes opiniões que nos deixam no nosso congresso diversos oradores internacionais, líderes de opinião na nossa área, sobre o ambiente que aqui encontram.

Que legado espera deixar na FDI?

Em traços gerais, estou certo que vou deixar uma FDI melhor do que aquela que encontrei quando assumi a presidência.

Ajudei a FDI a concentrar-se na sua imagem e credibilidade, através de atividades no terreno e da comunicação com o exterior. A FDI está a tornar-se mais concreta: as suas atividades podem ter um efeito profundo na vida das pessoas. Temos uma história a contar e cabe-nos encontrar os meios para o fazer.

Uma das coisas que mais me impressiona desde que tomei posse enquanto presidente da FDI, é o carinho e sentimento de fraternidade dentro da comunidade internacional de médicos dentistas. Constatei uma onda de apoio, não apenas racional mas emocional, única na nossa federação, em cada evento em que participei.

Assim, em termos de imagem e credibilidade, potenciamos este aspeto e desenvolvemos o nosso capital social, para mostrar que ser parte da FDI é fazer parte de uma comunidade mundial da qual nos orgulhamos, uma comunidade que demonstra o seu compromisso com a sua visão através das suas atividades de saúde oral e de advocacia. ■